O GLOBO

Na sequência do voto popular

SE girar exclusivamente em torno de nomes ou do peso bruto de cada representação partidária, a discussão sobre a eleição das mesas diretoras das duas Casas do Congresso estará passando ao largo das aspirações manifestas do povo brasileiro. E estará sendo travada como se aquelas duas Casas fossem territórios autárquicos no mapa das instituições do Estado.

AS intenções do povo brasileiro ficaram nítidas na eleição presidencial, quando menos se escolheu um nome do que se aprovou um rumo político. Câmara dos Deputados e Senado devem inspirar-se nessas intenções ao escolherem as respectivas direções. O equilíbrio entre os poderes do Estado se estabelece também em função de estarem todos eles imbuídos da mesma credibilidade; e de obterem os mesmos níveis de prestígio junto à opinião pública.

QUAL foi o rumo que o povo aprovou? Em primeiro lugar, o caminho já traçado do

combate à inflação. Não houve apelo, de tipo ideológico ou de estilo populista, que abalasse a certeza do povo brasileiro de que estabilidade, crescimento e progresso social estão ligados por um nexo de causa e efeito. É como se o eleitor tivesse atinado com o que dizem economistas: 40% de inflação, como no princípio deste ano, são 33,2 bilhões de dólares perdidos anualmente para as despesas com bem-estar social.

EM segundo lugar, o povo votou também nas reformas indispensáveis à estabilização econômica. Ele sente, todos os dias, o contraste entre o rol de direitos sociais que a Constituição lhe reconheceu e uma Previdência Social que não pode garantir à maioria benefícios de valor superior a um salário-mínimo. Marajás e mordomias figuram há muito tempo em sua lista dos vícios mais perniciosos do Estado, e o levam a aspirar por uma reforma administrativa que faça justiça e que acabe com aristocracias funcionais no serviço público. Ele sabe, pelo contra-

cheque mensal, quanto o sistema fiscal em vigor pune o assalariado e é complacente com os sonegadores. E quer, sem dúvida, ver aberta a caixa-preta das estatais.

MAS todas essas reformas passarão pelo Congresso. Poderão tramitar com eficiente agilidade, ou se arrastarem indefinidamente. A segunda hipótese será inevitável no caso de líderes sem convicção ou sem comando e de mesas excessivamente solicitadas com o corporativismo e indiferentes à agenda do Congresso. O que significará indiferença com o papel reservado ao Legislativo, de estuário das aspirações nacionais.

DIRIGIR o Congresso será honra a ser entregue a quem se identificar com o programa de reformas que o Congresso tem pela frente. O voto do povo exaltou a dignidade da chefia do Executivo. Os votos da Câmara e do Senado têm que recair sobre quem igualmente estiver em condições de dignificar o Legislativo.